

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.421 - RS (2019/0209920-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : SUSIMARI SILVA DE ASSIS BRASIL - RS023927
ANELISE DE ANGELI VAZ E OUTRO(S) - RS058329
RECORRIDO : TEREZA MAROSTEGA DOS SANTOS
ADVOGADOS : OSCAR SIQUEIRA ÁLVARES - RS018068
CESAR JACKSON GRISA JUNIOR - RS047783
ALEXANDRE CHRISCHON MELLA - RS086127

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

No caso, não há qualquer óbice que impossibilite o prosseguimento do feito, uma vez que o crédito objeto de discussão foi constituído em data posterior ao processamento da recuperação judicial da empresa de telefonia. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME." (e-STJ, fl. 180)

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram desprovidos (e-STJ, fls. 207/209).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação aos arts. 6º, 7º, 10, 49 e 61 da Lei 11.101/2005 e 927 do Código Civil de 2002 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese (a) que o crédito do recorrido decorre de ação indenizatória por ato ilícito, de modo que o direito de crédito surge do evento danoso ainda que a fixação do valor seja protraída no tempo, (b) que o fato gerador antecede o pedido de recuperação judicial e por isso deve se submeter ao mesmo e (c) que não pode se considerar que a constituição do crédito se dá com o trânsito em julgado da demanda.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015

(relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."

O Tribunal de origem afirmou que o crédito objeto de discussão foi constituído com o trânsito em julgado da sentença, que ocorreu após a homologação do plano de recuperação judicial, de modo que não cabe atualização do crédito até a data da recuperação, arquivamento do feito nem em habilitação do crédito na recuperação judicial, *in verbis*:

"A jurisprudência deste e. Tribunal é assente no sentido de que a partir da homologação do plano de recuperação judicial da empresa de telefonia OI S/A, os processos que têm por objeto créditos extraconcursais, constituídos após a data de 20.6.2016, devem prosseguir até a liquidação do valor e, com o trânsito em julgado da impugnação da fase de cumprimento ou embargos à execução, o juízo de origem expedirá ofício ao juízo recuperacional, comunicando a necessidade do pagamento do crédito.

(...)

No caso dos autos, verifica-se que a situação se amolda à espécie, eis que o crédito objeto de discussão foi constituído com o trânsito em julgado da sentença – em 14/03/2017, ou seja, em data posterior ao processamento da recuperação judicial da empresa de telefonia.

Nestes termos, não há falar em atualização do crédito até a data da recuperação judicial, tampouco no arquivamento do feito, com a determinação de habilitação do crédito no plano de recuperação judicial." (e-STJ, fls. 181/)

Constata-se que o evento danoso objeto da ação indenizatória (cobrança indevida e danos morais por inserção de serviço não contratado na fatura) teria ocorrido antes do deferimento da recuperação, considerando que a ação foi distribuída em junho de 2015 (e-STJ, fl. 24/38), enquanto o deferimento da recuperação deu-se posteriormente, em junho de 2016.

Na esteira da jurisprudência desta Corte Superior, deve o referido crédito decorrente de evento danoso preexistente ao pedido de recuperação judicial sujeitar-se a esta.

Nesse mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA
DANDO PROVIMENTO AO RECLAMO DA AGRAVANTE -
INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVADO.**

1. A situação dos autos demonstra ter o evento danoso que deu origem ao crédito discutido e a sentença reconhecendo a existência de dano moral indenizável ocorrido antes do pedido de recuperação judicial.

Apenas o trânsito em julgado ocorreu posteriormente.

2. Consoante entendimento desta Corte, "Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora." (REsp 1447918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 16/05/2016).

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no REsp 1153110/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 18/11/2016)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. RECESSO. VIOLAÇÃO DO ART. 170 DA CF/88. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. CONTRARIEDADE AOS ARTIGOS 47 E 49 DA LEI N. 11.101/05. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CRÉDITO REFERENTE À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO. CABIMENTO. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/05. NOVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. INCIDÊNCIA.

1. A comprovação da tempestividade do agravo em recurso especial em decorrência de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem pode ser feita posteriormente, em sede de agravo regimental, desde que por meio de documento idôneo capaz de evidenciar a prorrogação do prazo do recurso cujo conhecimento pelo STJ é pretendido.

2. Para comprovar a tempestividade do recurso, é necessário que o recorrente demonstre qual o período de recesso estabelecido pelo respectivo tribunal, pois, sem essa providência, a atividade jurisdicional é tida como ininterrupta, nos termos da Emenda Constitucional n. 45/2004.

3. Tempestividade do recurso especial comprovada.

4. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do STF, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Lei Maior.

5. Na hipótese de existir crédito proveniente de responsabilidade civil por fato preexistente ao momento do deferimento da recuperação judicial, é necessária a habilitação e inclusão do crédito em questão no plano de recuperação da empresa correspondente.

6. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 282/STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

7. Agravo regimental conhecido para, conhecendo do agravo em recurso especial, conhecer parcialmente do recurso especial e dar-lhe provimento.

(AgRg no AREsp 153.820/SP, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/09/2013, DJe 16/09/2013)

“AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA. OBRIGAÇÃO ORIUNDA DE ATO ILÍCITO. FATO ANTERIOR AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO QUADRO GERAL DE CREDORES.

1. O crédito oriundo de responsabilidade civil por fato preexistente ao momento do deferimento da recuperação judicial deve ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação.

Precedentes.

2. No caso concreto, é incontroverso nos autos que o crédito refere-se a obrigação anterior à recuperação judicial, o que faz incidir o artigo 49 da Lei 11.101/2005.

3. Agravo interno a que se nega provimento.”

(AgInt no REsp 1260569/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Importante salientar que este Superior Tribunal de Justiça manifestou-se recentemente no julgamento do Resp 1727771, de relatoria da Excelentíssima Ministra Nancy Andrighi, no sentido de que “a constituição de um crédito pressupõe a existência de um vínculo jurídico entre as partes e não se encontra condicionada a uma decisão judicial que simplesmente o declare” (REsp 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018).

Ressaltou ainda o referido *decisium* que é a data do vínculo jurídico que

constitui o crédito e define o processamento ou não pelo pedido recuperacional, e esta data corresponde ao dia de sua ocorrência ao tratar-se de responsabilidade extracontratual, que é o caso dos autos, senão vejamos:

"Assim, tratando-se, como na espécie, de vínculo jurídico decorrente de evento que causou dano à esfera dos direitos das recorridas, a constituição do crédito correspondente não se dá com a prolação da decisão judicial que o reconhece e o quantifica, mas com a própria ocorrência daquele evento.

Vale dizer, o sujeito prejudicado assume a posição de credor da reparação civil derivada de ato lesivo contra ele intentado desde sua prática, e não com a declaração judicial de sua ocorrência. Tanto é assim que, nas hipóteses de responsabilidade civil extracontratual, o marco inicial de fluência dos juros decorrentes da mora do devedor são contados da data do evento danoso (Súmula 54/STJ).

Convém destacar que a própria LFRE está a determinar que, cuidando-se de ação versando sobre quantia ilíquida (classificação em que se insere a presente demanda), cujo processamento não é suspenso pelo pedido recuperacional, o crédito decorrente da respectiva sentença judicial deve ser incluído no quadro geral de credores, podendo o juízo onde elas tramitam, inclusive, determinar a reserva de valor para satisfação da obrigação (art. 6º, §§ 1º e 3º).

Destarte, reconhecido que o crédito em discussão foi constituído em momento anterior ao pedido de recuperação judicial – haja vista que a presente ação foi proposta em 20/5/2013 e o pedido do benefício data de 26/8/2013 –, deve ele se sujeitar aos efeitos do plano de soerguimento, a teor do que determina o precitado art. 49 da LFRE. (REsp 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018)

Deste modo, a decisão está em confronto com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, devendo a lide ser reanalisada pelo Tribunal de origem com relação a correção monetária e inclusão dos créditos no plano de recuperação judicial.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos à origem para que julgue a lide à luz da jurisprudência desta Corte.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator